

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 919.113 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
RECTE.(S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECDO.(A/S)	: JOSÉ ANTONIO LOPES DA SILVA
ADV.(A/S)	: JOSÉ DO EGITO FIGUEIRÊDO BARBOSA

DECISÃO

**REPERCUSSÃO GERAL INADMITIDA –
IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA –
INCIDÊNCIA SOBRE RENDIMENTOS
PAGOS ACUMULADAMENTE –
ALÍQUOTA APLICÁVEL – RECURSO
EXTRAORDINÁRIO – NEGATIVA DE
SEGUIMENTO.**

1. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 592.211/RJ, concluiu não ter repercussão geral o tema relativo à definição da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF incidente sobre rendimentos recebidos acumuladamente, entendendo pela natureza infraconstitucional da discussão.

2. Ante o quadro, ressaltando entendimento pessoal, nego seguimento ao extraordinário.

3. Publiquem.

Brasília, 9 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator